
ICANN84 | Assembleia Geral Anual – Encontro conjunto: GAC e NCSG
Quarta-feira, 29 de outubro de 2025 – 9h às 10h IST

JULIA CHARVOLEN

Sejam bem-vindos à reunião conjunta do GAC com a NCSG, dia 29 de outubro, 9h da manhã. Levem em consideração que esta reunião está se gravando e se rege pelas políticas de antiassédio da comunidade, o código de conduta dos participantes, e os padrões de comportamento esperados da ICANN. As perguntas e comentários apenas serão lidas em voz alta, se estão no quadro de perguntas e respostas. Esta sessão inclui interpretação das seis línguas das Nações Unidas e português.

Para utilizar a palavra, levante uma mão em zoom e lembre-se de falar em uma velocidade razoável, com clareza para a interpretação. Agora passo a palavra a Nicolas Caballero.

NICOLAS CABALLERO

Sejam todos bem-vindos. Antes de começar, quero comentar alguns detalhes. Esta é uma reunião com a NCSG que vai ter uma duração de 60 minutos, depois vamos ter um recesso para o café e depois voltaremos à reunião da ccNSO de 90 minutos e depois o almoço. Esse é o projeto agenda para hoje de manhã.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

Agora vou apresentar a Rafik, que está aqui à minha direita, da NCSG. Também a Farzaneh Badiei. Eu peço desculpas por minha pronúncia. Depois, a Manju Chen e a Micaela.

Sejam todos e todas bem-vindos. É uma sessão de 60 minutos e hoje vamos falar de pontos muito interessantes, principalmente a avaliação do impacto nos direitos humanos, que está no comunicado do GAC e também do RDRS, que é o Serviço de Solicitação de Dados de Registro, e o uso indevido do DNS, que é um tema muito importante para o GAC, como os senhores e as senhoras já sabem. Também vamos falar da ROA, ou Revisão das Revisões. E agora vou passar a palavra a Manal e a Jorge. E eu agradeço por estarem aqui nesta sessão. Espero que tenham aproveitado o café irlandês. E agora passo a palavra a Rafik.

RAFIK DAMAK

Obrigado, Nicolás, por dar a oportunidade de participar com vocês aqui no GAC. É uma boa oportunidade, como já falei, para compartilhar ideias e posições sobre diferentes assuntos de interesse que são importantes para o GAC e também para nós. Para que saibam, a NCSG é o grupo de partes interessadas não comerciais.

Nós somos o espaço para a sociedade civil e os usuários finais dentro da GNSO. Quando nós participamos das políticas, defendemos assuntos que têm a ver com os direitos humanos. Isso conto para que levem em conta, para que vejam de que forma vamos tratar os próximos assuntos. Passemos ao próximo ponto

da agenda. Essa é a segunda vez que vamos realizar uma avaliação do impacto nos direitos humanos no comunicado do GAC. Queremos compartilhar outros pontos de vista sobre esta avaliação e eu vou passar para isso a palavra à minha colega Farzaneh.

FARZANEH BADIEI

Eu sou membro do grupo de partes interessadas não comerciais e também do conselho da GNSO. Começamos a avaliação do impacto nos direitos humanos no comunicado do GAC desde a reunião de Seattle, e a avaliação do impacto nos direitos humanos é uma coisa que realizamos especialmente através dos PDPs do modelo multissetorial da ICANN.

Quanto à metodologia que utilizamos, esta é uma metodologia que utiliza a sociedade civil e as organizações dos direitos humanos. E também se utilizam os mesmos mecanismos para a devida diligência, os processos de diligência. O processo é interativo, dinâmico, não é muito fixo. Queremos apenas ser construtivos, então, o que queremos é começar com as conversas.

Depois da nossa avaliação, encontramos que o comunicado do GAC dá prioridade ao devido processo referido à privacidade e à divulgação da privacidade para as agências de cumprimento da lei, que apoia a divulgação de dados pessoais. Quanto às solicitações urgentes, se apoia a divulgação de 24 horas e se ignora a questão da proporcionalidade e necessidade.

Quanto à exatidão, se dá apoio à verificação rápida, mas no Conselho trabalhamos sobre este assunto e o método talvez poderia ser considerado menos danino e também se considera um impacto nos direitos humanos. A posição da NCSG nunca tem que ser equiparada à identificação dos registradores de nome de domínio. Também é necessário cumprir requisitos de exatidão mais estritos.

Quanto ao uso indevido do DNS, o texto do comunicado do GAC tem um foco específico no que tange às verificações dos nomes de domínio, que muitas vezes podem ser uma solução. Em termos gerais, o comunicado não leva em conta o âmbito ou a realidade dos direitos humanos. E nas coisas que não funcionam, vemos que nem sempre estão consideradas. Podemos conversar também sobre outros aspectos, como, por exemplo, as solicitações urgentes, no próximo slide. Passemos, por favor, o próximo slide. Não sei se querem fazer algum comentário.

NICOLAS CABALLERO

Obrigado, Farzaneh. Vou parar aqui um minuto para saber se há algum comentário dos participantes. E vejo que está aqui o representante da Bósnia.

SUADA HADZOVIC

Muito obrigado. Eu sou Suada Hadzovic. Como co-presidente do Grupo de Trabalho de Direito Internacional e Direitos Humanos do GAC, eu gostaria de atualizar sobre o nosso trabalho e as opções

também do nosso documento referido aos direitos humanos. Eu vou passar alguma informação para dar contexto.

Nosso grupo de trabalho trabalhou quatro formas de implementação através de uma enquete. Isso foi disponibilizado aos membros do GAC e observadores em fevereiro de 2019, e depois se abriu um debate em ICANN a partir de ICANN64. A primeira opção era estabelecer um tema, um assunto permanente para tratar durante a redação do comunicado do GAC, como, por exemplo, a questão dos direitos humanos.

A opção dois era implementar um tema, um assunto permanente para outras comunicações do GAC, onde fosse possível apresentar nossa posição. A opção terceira era apresentar a posição do relatório do GAC, que seria responsável por apresentar as opções surgidas nas opções 1 e 2. E a opção número 4 era dar participação ao GAC sobre avaliação de impacto nos direitos humanos ou algum outro processo semelhante estabelecido para os processos de desenvolvimento de políticas.

E também trabalhar com partes da comunidade da ICANN em matéria de responsabilidade ou prestação de conta referido aos direitos humanos. Esta enquete deu resultados muito positivos, onde se mencionavam as prioridades, desafios quanto aos direitos humanos, e levando em conta estes achados, a opção mais votada foi a número 4, através da participação no processo de desenvolvimento de políticas, para garantir que os direitos humanos se considerem ou se levem em consideração e sejam

também considerados relevantes dentro do processo de política em si.

Essa opção permite que os direitos humanos sejam tratados de forma sistemática e precoce. E também, através desse enfoque, o objetivo é garantir que os direitos humanos não fiquem apenas na redação, na letra, mas que sejam um elemento-chave em qualquer processo de desenvolvimento de políticas da ICANN. Obrigada.

NICOLAS CABALLERO

Obrigado, representante de Bósnia. Eu quero fazer uma pergunta, não sei se eu entendi bem, mas a senhora falou uma coisa assim como preferimos ou decidimos, esqueci um pouco a palavra, eu peço desculpa. Quem decidiu que coisa? Para ficar clara a ideia.

SUADA HADZOVIC

A enquete apresenta que a opção que recebeu mais apoio é a opção 4.

NICOLAS CABALLERO

Mas quem apoia essa opção?

SUADA HADZOVIC

O GAC foi quem respondeu a essa enquete. Eu vou colocar o link, esse documento, para que usem como referência.

NICOLAS CABALLERO

Obrigado, representante da Bósnia. Passo a palavra ao representante da Suíça.

JORGE CANCIO

Como representante da Suíça, muito obrigado, Nico, eu quero comentar algumas outras coisas quanto ao que agora falou Suada. Basicamente, sobre o estado dessa discussão no GAC, eu era co-presidente do grupo de trabalho dos direitos internacionais e humanos antes da pandemia. Naquele grupo de trabalho, fizemos uma introdução dos Direitos Humanos Fundamentais nos estatutos da ICANN.

Trabalhamos de forma muito séria, tivemos uma participação muito ativa nesses debates e isso deu como resultado uma agenda de interpretação que foi adotada pela comunidade um tempo mais tarde. Depois disso, debatemos dentro do grupo de trabalho, isso eu acho que aconteceu em 2018, 2019, e foi em 2019, quando voltamos ao GAC com uma enquete onde apresentávamos diferentes opções para determinar de que forma podiam ser implementados esses valores-chave de direitos humanos. O que depois foi levado em consideração no quadro de interpretação, como referência de interpretação, e convidamos também as Soses e ACs para considerar essa questão de implementação.

Essas opções que mencionou Suada foram debatidas no GAC numa reunião plenária, se não estou enganado, foi numa reunião de verão de 2019, e chegamos à conclusão de que seria mais eficiente se estas avaliações do impacto nos direitos humanos fossem uma

parte constitutiva dos PDPs em si. Claro que isso nos referimos aos PDPs da GNSO, mas também aos PDPs de outras organizações de apoio, conforme o caso. Porque esses são os canais através dos quais a ICANN desenvolve as políticas.

Alguns têm um enfoque muito estruturado, outros um pouco mais extenso. Enfim, se incluem muitas avaliações, ou provas, ou testes. Então, consideramos que isso podia ser incluído aí. Essa foi a conclusão a que chegamos naquela época. Também gostaria de saber que opinam ou que podem compartilhar nossos colegas da NCSG e como a GNSO pensa implementar esta avaliação do impacto nos direitos humanos dentro dos seus próprios PDPs, porque já passaram seis anos.

Isso será uma prova piloto, e vão ser incorporados nos novos PDPs que têm a ver com o uso indevido ou abuso do DNS. Claro que a contribuição do GAC, seja através de recomendações ou das contribuições dadas nos comentários públicos, são consideradas dentro do debate dos grupos de trabalho dos PDPs. E aí, através deles, são preparadas propostas depois desses debates entre as partes interessadas como preparação para aqueles temas que são mais interessantes ou importantes de analisar, do ponto de vista dos direitos humanos e o seu impacto, ao invés de analisar cada uma das partes constitutivas, por exemplo, a contribuição do ALAC, ou recomendação, a recomendação também do SSAC, do RSSAC, dos PDPs correspondentes. Muito obrigado.

NICOLAS CABALLERO

Desculpe a colega da Bósnia, eu não sabia de todo o contexto, por isso que eu perguntei. Muito obrigado. Passo para o NCSG.

MANJU CHEN

Muito obrigado. Eu achei muito útil essa relatória quanto a como a GNSO incorporou os direitos humanos nos seus PDPs. Então, eu acho difícil falar devagar, vou tentar. Sou do Comitê Permanente de Melhoria Contínua da GNSO e trabalhamos com, diz o título, melhoria contínua do GNSO. Há um PDP em andamento para incorporação de diacríticos latinos e nós incorporamos os direitos humanos e agora todos os grupos de PDP devem fazer uma avaliação de impacto de direitos humanos no seu trabalho.

Então, é o primeiro grupo de PDP de diacríticos latinos que incorporou essa avaliação. Estamos explorando, então, o diacríticos latinos. É uma questão mais técnica, mas para futuros PDPs, como o abuso do DNS. Então, a maioria das pessoas, não todos, espero que incorporem essa exigência de avaliação de impacto nos direitos humanos, nos seus estatutos, e espero que tenhamos mais experiência a partir de agora. Então eu vou passar para Farzi, que levou em conta o impacto dos direitos humanos no seu PDP e talvez ela possa dizer quais foram os resultados do PDP de transferência.

FARZANEH BADIEI

Nós pedimos ao conselho da GNSO se poderíamos fazer uma avaliação de impacto de direitos humanos informal na política de transferências e vimos que havia lacunas na política em relação ao

mecanismo de resolução de disputas, e vimos que precisamos de um método mais formal para avaliar esse impacto.

JORGE CANCIO

Agradeço as respostas. Eu gostaria muito de saber qual é a metodologia que foi utilizada. Você poderia compartilhar? Também poderíamos trabalhar juntos nessas questões com o nosso grupo de trabalho de direitos humanos e direitos internacionais. Eu sei que o Conselho da Europa tem um background de direitos humanos bastante sólido e eu acho que seria uma boa forma de avançar.

NICOLAS CABALLERO

Não há mãos levantadas, eu vou passar novamente a palavra a Farzaneh Badiei, vai falar do RDRS do ponto de vista do NCSG.

FARZANEH BADIEI

Nós discutimos esses temas RDRS, solicitações urgentes, nós achamos que autênticos, é diferente de prestação de contas. Autenticação é saber se o solicitante é quem diz que é. E outra questão, a validação técnica não pode substituir os limiares legais. Então, só verificar as credenciais, não cumpre com as exigências de necessidade, proporcionalidade e processo devido.

Quanto a diversidade global de regimes jurídicos, muitos países precisam ou requerem autorização judicial para acessar os dados. E nós temos que levar isso em conta para não normalizar práticas de divulgação que não são autenticadas. E a autenticação das

forças da lei devem ser feita através de processos transparentes para que possam ser aprovadas. Eu não sei se o grupo de trabalho de segurança pública tem planos para fazer isso, mas é importante garantir que os processos sejam transparentes.

Então, a avaliação de direitos fundamentais devem preceder a divulgação. Então, os registradores devem fazer a avaliação de impacto sobre direitos humanos quando as solicitações colocam em risco a privacidade e a segurança. E isso pode afetar também os usuários finais. Então, para divulgação, deve haver um teste de proporcionalidade e também deve haver uma avaliação de risco baseada em contexto. E nós insistimos em institucionalizar as salvaguardas. Sempre se fala na divulgação de dados sensíveis de registrantes, temos que falar de salvaguardas. Sem essas salvaguardas, não podemos divulgar os dados privados de forma responsável. E é isso. Muito obrigada.

ASHWIN SASONGKO

SASTROSUBROTO

Eu quero perguntar sobre os direitos humanos. Há muitos países aqui, cada país tem a sua cultura própria. Então, o que acontece com os direitos humanos? Levam em conta vocês as diferenças culturais de cada país? Porque a percepção de direitos humanos pode ser diferente entre um país e outro.

FARZANEH BADIEI

Há alguns direitos humanos que são universais e que estão determinados em diferentes normas e declarações, em diferentes legislações, e não dependem de nenhuma cultura, porque são

direitos universais. Não matar ninguém, não perseguir, que tenha liberdades, isso é universal.

NICOLAS CABALLERO

Obrigado, Farzaneh. Agora, assume a palavra a Suíça.

JORGE CANCIO

Fala Jorge Cancio, para os registros, representante da Suíça. Obrigado, Nico. Eu quero ampliar um pouco o que perguntou o nosso colega Ashwin. Isto foi já analisado de forma exaustiva, quando falamos sobre incluir o valor fundamental dos direitos humanos nos estatutos da ICANN. Este é um debate que foi realizado há aproximadamente oito, nove anos, e dedicamos muito tempo, interagimos muito com a comunidade.

E, basicamente, o valor fundamental dos direitos humanos, que é um elemento importante dos estatutos, e cumprimenta a missão da ICANN, se referia a um quadro de interpretação naquela época. Esse quadro de interpretação também foi tratado e foi ampliado em um grupo de trabalho intercomunitário. Eu acho que, no final desse processo, as diferentes SO e ACs aprovaram esse trabalho.

Talvez não esteja eu agora lembrando tudo exatamente, mas, enfim, os instrumentos mencionados de forma explícita, como instrumentos decisivos para os direitos humanos, eram todos instrumentos consagrados a nível das Nações Unidas, e amplamente aceitos por todos os membros das Nações Unidas.

Então, em tal sentido, o que fizemos é fixar padrões internacionais de direitos humanos para os quais todos nos comprometemos.

NICOLAS CABALLERO

Obrigado, Suíça. Podemos continuar a receber comentários e perguntas. Vejo que não há pedidos de palavra, então vou passar a palavra a Farzaneh para ver se quer comentar ou falar sobre o RDRS e as solicitações urgentes e as solicitações de dados de registo e de registatários.

FARZANEH BADIEI

Nós não temos a necessidade de mitigar o uso indevido do DNS. E claro que devemos abordar o cibercrime. Agora, o Grupo Público de Segurança Pública exige que sejamos mais expeditivos, mais rápidos quanto à divulgação também no âmbito do RDRS. Somos conscientes que, de igual forma, podemos destacar ou enfatizar a inclusão de salvaguardas para proteger o usuário final, o registatário e também a internet.

NICOLAS CABALLERO

Obrigado, Farzaneh. Antes de passar à mitigação do abuso, quero saber se alguém está pedindo a palavra. Michaela está pedindo a palavra, então é ela que fala.

MICHAELA SHAPIRO

Fala Michaela Nakayama Shapiro para os registos. Apenas quero manifestar que estamos muito interessados em revisar a análise de

diferenças ou brechas que fez a diretoria, se eu lembro bem, para ver como estamos ou em que situação estamos com respeito ao RDRS e as solicitações de acesso aos dados. E eu sei que vai ser tratado o futuro do RDRS, e eu gostaria de ver os resultados desse debate.

NICOLAS CABALLERO

Obrigado, Michaela. Alguém mais quer fazer alguma pergunta ou apresentar comentários? Não? Muito bem. Então, passo mais uma vez a palavra à Michaela e Farzaneh para que apresente o próximo tema, que é mitigação do abuso do DNS da perspectiva do NCSG.

MICHAELA SHAPIRO

Fala Michaela, para os registros. Muito obrigado por dar-nos esse tempo para tratar este tema. Nós consideramos adequado começar este bloco falando sobre os princípios que utilizamos como guia para formular as nossas respostas ao relatório provisório respeito dos PDPs que possam surgir das unidades constitutivas da ICANN.

Na tela aqui podem ver muito texto, mas queremos destacar a necessidade da transparência e a responsabilidade quando desenvolvemos políticas para mitigação do abuso do DNS. Queremos também ver nos detalhes a quem se recorrerá, quais são os atores. Por exemplo, este ano, o SSAC publicou o relatório 127, onde foram incluídos os riscos, consequências, fora, os objetivos, ou do objetivo público, ou das vítimas do abuso do DNS.

E também queremos destacar que devemos passar a assuntos tratados com maiores detalhes, e isso é para nós o mais importante. Nós queremos nos concentrar no relatório e queremos também compartilhar com vocês as nossas perspectivas referidas ao relatório. Queremos instar os redatores que utilizem recursos um pouco mais diversos dos quais utilizaram, pelo menos do ponto de vista não comercial.

Então, estimulamos firmemente a que considerem esses recursos no futuro e com prazer compartilharemos links para que possam acessar os materiais correspondentes. A respeito das verificações de identificação posteriores à registo, no que tange aos dados dos registratários, para nós, devemos ter dados que permitam um contato e não detectar a identidade do registratário.

Também queremos ver mecanismos disponíveis para os registratários. Neste momento, parece que isto não é prioritário, mas queremos que levem em conta para o futuro, principalmente para os próximos PDPs, caso sejam vários. De igual forma, quanto às recomendações de monitoramento proativo, queremos mencionar que todo tipo de monitoramento proativo deve ser feito com muito cuidado, inclusive, se tecnicamente isso for possível, talvez não seja um enfoque mais aconselhável.

NICOLAS CABALLERO

Desculpe. Quero ver se, nesse momento, nossos intérpretes podem acompanhar com a velocidade, falem mais ou menos. Então, por favor, eu peço a Michaela que fale um pouquinho mais devagar. E

também quero ver se há alguma pergunta para Michaela. Desculpe, Michaela. Passo a palavra mais uma vez.

MICHAELA SHAPIRO

Peço desculpa aos intérpretes. Último slide, na qual não quero parar muito tempo porque eu prefiro escutar os seus comentários. Pronto, nesse último slide aqui falamos sobre os próximos PDPs que podem surgir como resultado desta iniciativa e estamos muito entusiasmados por conhecer mais opiniões das partes interessadas. Por isso, gostamos de participar nessas reuniões bilaterais, queremos ter pontos específicos, agendas específicas para novos PDPs. Também queremos ver definições bem claras, queremos ver um alcance e um prazo muito claro para qualquer PDP que possa surgir daqui em diante.

Nessas sessões que tivemos essa semana, se falou muito sobre o cronograma. Não sei se há duas vias de trabalho em paralelo ou se serão sucessivas quando se tratem os dois temas prioritários da perspectiva não comercial. Nós queremos ter a certeza de ter a capacidade de poder participar de forma adequada. Então, gostaríamos de ver um processo que fosse sequencial e não ver dois processos em paralelo para poder trabalhar de forma devida em cada um desses temas. Por exemplo, um desses temas é o acesso restrito a uma API para os novos clientes, para que possam acessar os dados de registo e também as verificações de domínios.

NICOLAS CABALLERO

Muito obrigado, Michaela. Alguém quer compartilhar as suas ideias? Querem fazer alguma pergunta? Muito bem, a Alemanha pede a palavra.

RUDY NOLDE

Com respeito ao acesso irrestrito a uma API, poderia ampliar um pouco mais e comentar um pouco de que trata?

MICHAELA SHAPIRO

Fala Michaela novamente para os registros. Obrigada pela pergunta. O que estamos pensando é fazer apenas um único passo adicional, uma única etapa adicional, no qual o registratário precise mais tempo para chegar a determinado domínio. Isso não geraria qualquer tipo de inconveniente para incluir novos clientes. Apenas queremos que exista uma pergunta a mais para tratar esse tema. Não tenho uma resposta agora, mas esperamos que, com o PDP, se adicione material e que se inclua na carta orgânica, que, por enquanto, está na versão rascunho. Muito obrigada.

NICOLAS CABALLERO

Obrigado, representante da Alemanha. Quero saber se mais alguém quer realizar alguma pergunta, tanto na sala quanto no Zoom. Muito bem, vejo que ninguém pede a palavra, então passamos a revisão das revisões. Agora eu passo a palavra a Manju Chen que vai falar sobre esse tema.

MANJU CHEN

Obrigado, Nico. Eu vou falar devagar dessa vez. Temos bastante tempo. De qualquer forma, enfim, eu não sei se eu devo dar informação de contexto, porque eu acho que os nossos colegas do GAC conhecem muito bem este tema. Eu suponho que, como temos tempo suficiente, vou revisar um pouco essa informação de contexto, porque acho que pode ser de utilidade de qualquer forma.

Eu não incluí nos slides, mas eu suponho que todos sabemos aqui que este debate decorre de outro debate no qual se falou sobre a quarta revisão de prestação de conta e transparência e vê se começava esse trabalho, se bem não tinha terminado a implementação da terceira revisão. Este tema levou a diretoria a decidir o seguinte, a diretoria considerou que talvez era necessário fazer uma revisão de todas as revisões da comunidade para ver como, daqui para o futuro, poderiam ser melhoradas essas revisões.

Por esse motivo, este ano, no mês de setembro, a diretoria aprovou uma carta orgânica para começar a revisão das revisões. Formou-se um grupo de trabalho intercomunitário para realizar esta revisão das revisões, e a GNSO enviou dois representantes, um da Câmara de Partes Contratadas e outro da Câmara de Partes Não Contratadas. Esta revisão vai revisar as revisões passadas e os seus resultados, e também vai avaliar esses resultados.

Como vemos aqui na tela, há várias revisões para revisar. Serão revisadas como foram feitas essas revisões anteriores e os

resultados. Isso parece uma gingada, mas é difícil para todos nós. Mas, enfim, este trabalho apenas começou e não temos muito para compartilhar a respeito e a posição do NCSG. Mas estamos muito entusiasmados por conhecer a perspectiva do GAC, por estar revisando as revisões, mesmo que pareça, não sei, troca letras, então vemos que o CCG que se encarrega dessas revisões acaba de publicar um documento no qual se indica qual o propósito desta revisão, que por sua vez é bastante confusa, porque quando lemos não fica claro qual o propósito desta revisão de revisões ou também não fica claro se é o propósito das revisões que estão revisando.

Então, talvez todos temos que perguntar isso ao CCG, para que dê um esclarecimento. Eu quero instar ao GAC que faça a mesma pergunta. Este é um processo muito novo, nem sequer é um processo ainda. E talvez todos nós devemos ser precavidos e levar em conta o seguinte: deixemos de inventar coisas novas e trabalhemos com o que já existe. Mas, enfim, em algum ponto foi vista a necessidade de fazer alguma coisa. Esperemos que no futuro essa revisão das revisões seja útil para deixar de inventar coisas novas e continuemos com as revisões que já tínhamos anteriormente, as revisões normais. Enfim, o NCSG está entusiasmado por conhecer a perspectiva do GAC sobre esta revisão das revisões.

NICOLAS CABALLERO

Muito obrigado. Antes de abrir para comentários dos membros do GAC, eu tenho uma pergunta levando em conta o amplo escombro das revisões a serem avaliadas, o NCSG poderia falar da sua perspectiva, das suas prioridades ou critérios principais para que os grupos intercomunitários adotem para garantir que essa revisão das revisões seja eficiente e que possa haver melhorias práticas nessas revisões.

MANJU CHEN

Eu vou tentar falar pela primeira vez. Rafik talvez pode me ajudar. Podia botar no slide para ver o que a revisão está revisando. Em primeiro lugar, nós listamos o que nós achamos que é importante dessas revisões, quais são os resultados, e uma das razões que precisamos fazer a revisão das revisões, a questão é a implementação das recomendações.

O que acontece é que as revisões são feitas no prazo, mas a implementação não termina nunca. Então, quais são as recomendações práticas e implementáveis. Então, essa seria a primeira prioridade do NCSG, em termos de conteúdo. Isso é difícil de decidir agora. Como explicamos, ainda está um pouco confuso qual é o objetivo dessa revisão ou das revisões.

Então, quando isso for elucidado, teremos um feedback mais construtivo, qual revisão deve ser priorizada e quais deveriam sair do escopo dessa revisão, porque nós sabemos que há um programa de melhoria contínua em andamento, conduzido pelo grupo intercomunitário. Não queremos reinventar a roda e ter

esforços duplicados. Eu acho que depois dessa reunião da ICANN, teremos uma ideia melhor das prioridades e a parte mais importante é monitorar e ver se estão fazendo, revisando as revisões. Ou fazendo a revisão em vez de revisar as revisões.

NICOLAS CABALLERO

Talvez tenhamos que revisar isso também. Egito e depois Suíça.

MANAL ISMAIL

Bem. Eu vou falar aqui com dois papéis. Primeiro, como membro do GAC, eu gostaria de destacar que a ICANN acha muito importante essas revisões da ICANN e que essas revisões sejam feitas de forma eficientes e que a ICANN cumpra com a sua missão de forma transparente, responsável e inclusiva. A revisão das revisões está dentro do objetivo estratégico da ICANN nº 1, do papel dos governos.

O nosso líder é o Jorge Cancio, representante da Suíça, e acordamos contribuir às atividades do grupo de consulta da comunidade, e o GAC tem representação de dois membros, o Tracy Hackshaw, da UPU, e eu. Então, sou uma das três co-presidentes do grupo. Tendo, então, tratar, elucidar parte dessa confusão.

Eu gostaria de dizer que tivemos uma excelente sessão segunda-feira e recebemos contribuições quanto à minuta do texto das revisões das revisões. Eu gostaria de esclarecer que o objetivo das revisões é o propósito geral e não do grupo. O grupo deve cumprir os estatutos que foram aprovados e precisamos trabalhar dentro

do escopo desses estatutos. O objetivo da redação é ver como são feitas as revisões na ICANN em geral.

Então, o objetivo é elaborar um sistema eficiente para todas as revisões da ICANN. E nós temos revisões que podem, que devem ser realizadas regularmente ou podem ser ocasionais ou sob certas circunstâncias, mas estou aqui tentando não usar a palavra holística, mas um sistema coletivo de revisões que trabalhe de forma eficiente quanto à implementação que eu vi lendo o material de apoio, que o tempo de implementação é variável.

Por exemplo, se a frequência de uma revisão é a cada cinco anos. Se a revisão leva um ano, a implementação pode levar até quatro anos. Se a revisão leva dois ou três anos, então, a implementação tem muito menos tempo. Então, é muito difícil planejar com esses prazos e recomendações variáveis. Então, eu não quero entrar na análise aqui, mas eu só queria esclarecer a questão da implementação.

Eu não sei se vocês têm outra pergunta, se não, eu queria mencionar que, novamente, tivemos uma excelente sessão, com excelentes contribuições na redação do propósito das revisões. Eu acho que estamos indo na direção certa, o que está faltando, e como medir o sucesso de uma revisão. E estamos falando aqui das revisões da ICANN em geral e não dessa revisão em si. Amanhã teremos uma outra plenária, espero que todos participem.

A agenda será a recapitulação do feedback que recebemos essas semanas. Pode haver ou mais perguntas e teremos uma sessão de

microfone aberto e vamos falar das fases do trabalho e próximas etapas. Tivemos uma reunião informal ontem e decidimos fazer um webinar posterior para recebermos mais contribuições, experiências e desafios para analisar, para tratar os desafios.

Então, fiquem ligados, porque entre agora e a próxima reunião, faremos um webinar. Estamos pensando em permitir que sejam feitas perguntas antecipadamente. Então, preparem a sua lista de perguntas. Agradecemos e incentivamos que façam contribuições amanhã na plenária ou participem do grupo como observadores. Nós permitimos a participação ativa dos observadores e também há um endereço de e-mail inputonreviews@ICANN.org. Então, as suas contribuições são bem-vindas.

A página Wiki tem as gravações das plenárias, das reuniões de co-presidentes, as minutas das nossas reuniões, a sessão preparatória. É um material muito útil para que todos tenhamos o mesmo ponto de partida. E eu vou colocar aqui no chat o link para a página.

NICOLAS CABALLERO

Muito obrigado por todas as informações, pelos links. Temos sete minutos. Você quer dar alguma resposta Suíça?

JORGE CANCIO

Muito obrigado, Manal, por compartilhar essa carga pesada e representar junto com o Tracy e o GAC nesse grupo intercomunitário. Eu queria lembrar que o GAC tem, no

comunicado de Praga, havia um texto lembrando a importância do sistema de revisões e reconhecendo que necessitávamos de alguma solução. E agora temos essa revisão das revisões, que é muito importante para prestação de contas e também para inclusão, abertura e transparência da ICANN como um todo.

Então, o que eu acho que foi uma crise antes de Praga, muitas discussões do comunique poderiam ser uma oportunidade para melhorar como a nossa comunidade trabalha, como trabalhamos juntos e poderíamos aproveitar essa oportunidade. Estão sendo elaborados excelentes padrões pela comunidade em geral de como melhorar os processos multissetoriais. Muito obrigado.

NICOLAS CABALLERO

Muito obrigado, Suíça. NCSG, alguma resposta? Temos quatro minutos.

FARZANEH BADIEI

Poderíamos voltar ao outro tema? Estamos falando dessa discussão de exatidão. Nós temos uma reunião quarta-feira às 4:30 da tarde. Nós também temos um documento sobre isso. Isso é muito importante para nós, apenas como possibilidade de contato e nada mais. Então, eu convido vocês a participar. Muito obrigado.

NICOLAS CABALLERO

Alguma pergunta ou comentário online ou na sala? Não? Se não, agradeço muito Michaela, Manju, Farzaneh e Rafik. É um prazer ter recebido vocês. Bem, só algumas informações. Teremos um

intervalo para o café e voltaremos às 10h30 na nossa reunião com o ccNSO.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]